



CONVOCAÇÃO PARA A PERÍCIA MÉDICA

O Presidente da Niterói Trânsito – Nittrans, no uso de suas atribuições, no uso das suas atribuições e nos termos do item 6 do Edital nº 01/2025, torna pública a convocação para a Perícia Médica, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. Ficam convocados os candidatos relacionados no Anexo Único desta convocação para realizar a Perícia Médica a ser realizada às **08h de 14 de dezembro de 2025**.
 - 1.1.2. Local: Colégio Estadual Guilherme Briggs, R. Dr. Mario Vianna, Nº 625 - Santa Rosa, Niterói - RJ, 24241-001.
 - 1.1.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da perícia com **antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado**, observando o horário local.
 - 1.1.4. **O ingresso ao local de realização da perícia será permitido somente até às 08h, não sendo admitidos quaisquer candidatos após o fechamento dos portões.**
- 1.2. Serão consideradas pessoas com deficiência para fins de inscrição no presente concurso público aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º da Lei nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 (transtorno do espectro autista), no § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.126/2021 (visão monocular), Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e na Lei nº 14.768/2023 (surdez unilateral total ou bilateral), Lei Federal nº 12.764/2012, observando a Lei Municipal nº 912/1991 (com redação alterada pela Lei Municipal nº 1.061/1992).
- 1.3. A perícia tem por finalidade verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos para participar do certame concorrendo às vagas reservadas às pessoas com deficiência. O candidato deverá comparecer à perícia portando, obrigatoriamente:
 - a) documento de identidade (original);
 - b) laudo médico original, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e em suas alterações, bem como com a provável causa da deficiência;
 - c) outros exames complementares que comprovem a deficiência.
- 1.4. O laudo médico específico deverá conter:
 - a) a identificação do candidato e atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve, ainda, conter a data e o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, emitido no últimos 12 (doze) meses contados da publicação do Edital;
 - b) a indicação de órteses, próteses ou adaptações, se for o caso;
 - c) a deficiência auditiva, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 1 (um) ano antes, a contar da data de início do período de inscrição;
 - d) a deficiência múltipla, constando a associação de duas ou mais deficiências, se for o caso;
 - e) a deficiência visual, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual; e
 - f) em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente, a validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que legível. Deve conter a caracterização da deficiência, a identificação do



candidato, atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve ainda, conter o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com a identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo;

g) a validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, para o caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que legível. Deve conter a caracterização da deficiência, a identificação do candidato, atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve, ainda, conter o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

- 1.5. A não observância do disposto no subitem 1.4, o não enquadramento da deficiência declarada pela equipe multiprofissional ou o não comparecimento à perícia acarretarão a perda do direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 1.6. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste concurso público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.
- 1.7. O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no concurso público e considerado apto pela equipe multidisciplinar da perícia médica, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e também em lista específica de candidatos na condição de pessoas com deficiência.
- 1.8. Conforme o estabelecido na legislação vigente, o candidato que não se enquadrar como pessoa com deficiência na perícia médica, caso seja aprovado em todas as fases do concurso público, continuará figurando apenas na listagem de classificação geral, desde que se encontre no quantitativo de corte previsto para ampla concorrência em cada fase; caso contrário, será eliminado do concurso público.
- 1.9. Será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/nittrans25> o Resultado Preliminar da Perícia Médica.
- 1.10. O candidato, cuja a equipe multidisciplinar reprovar a condição de pessoa com deficiência, poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado, mediante requerimento feito à FGV pelo endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/nittrans25>.

27 de novembro de 2025



ANEXO I - RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo	Inscrição	Nome	Situação
ADVOGADO	197005784	João Vitor Calile Abath	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197009642	Adilson Marculino Da Silva	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197000748	Afonso Miranda Conceição	Aprovado PcD Negro
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197007631	Antonio Aloisio De Oliveira	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197016181	Dayane Da Silva Nascimento	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197010640	Felipe Alvarenga De Moraes Soares	Aprovado PcD Negro
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197005541	Franccesca Silveira Regianini	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197008263	Lucas Guimaraes Barbosa Torres	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197006958	Patrick Teixeira Queiroz De Azevedo	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197012510	Pedro Henrique Silva Dos Santos	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197002708	Phillippe Monteiro Dos Santos Constantino	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197003287	Tiago Washington Quintão Pinto	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197004841	Vinicius De Oliveira Marins Souza	Aprovado PcD
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	197011299	Wesley Da Silva Marmello	Aprovado PcD Negro
ARQUITETO	197015785	Tiago Caldas Brumana	Aprovado PcD
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	197003538	Caio Gustavo Martins De Almeida	Aprovado PcD
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	197010227	Julio Cesar Caetano Pereira	Aprovado PcD
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	197012055	Mabel Pereira Da Cruz	Aprovado PcD
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	197014485	Newton Carlos Sobral Pascoa Carvalho	Aprovado PcD
ENGENHEIRO CIVIL	197008416	Aurelio Marques De Carvalho Godinho	Aprovado PcD Negro
TÉCNICO EM GEOPROCESSAMENTO	197009803	Philipe Barcelos Pinto	Aprovado PcD Negro